

SISTEMA FAEP



BOLETIM

INFORMATIVO

A revista do Sistema

Ano XXVIII nº 1255 - 14/04/2014 a 20/04/2014

Tiragem desta edição 24.000 exemplares



O SILÊNCIO DAS ABELHAS

2,4D

Justiça
Feita

IR

Dicas ao
produtor

HISTÓRIA

A estrada de Ferro
Central do Paraná

Aos Leitores



O “Silêncio das Abelhas” é o título de um documentário norte-americano e desta edição, que narra o estranho desaparecimento desses generosos insetos em vários cantos do mundo. A matéria é resultado do trabalho feito pelo repórter André Amorim em busca de explicações sobre esse fenômeno, de apicultores a cientistas. Nesse garimpo ele alcançou também o comportamento de centenas de operários chineses que tentam substituir as abelhas na polinização de frutíferas, usando varas de bambus com penas de frango embebidas em pólen. Dois terços da nossa alimentação chegam às nossas mesas graças ao trabalho disciplinado e organizado das abelhas. Por que elas estão silenciando começa na página 04.

Também nesta edição há o modelo do Programa Agrinho, do SENAR-PR, sendo aproveitado no Mato Grosso do Sul; um mosaico sobre como enfrentar o Leão da Receita neste período de declarações de renda; um resumo da construção da EF Central do Paraná e um artigo do embaixador Rubens Barbosa mostrando, entre outras coisas, porque o Brasil é o 114º país entre 148, no quesito infraestrutura. E pelo que lemos todos os dias não mostra chances de melhorar.

Índice

Agrinho no MS	03
Abelhas	04
Defensivos	10
Cana-de-açúcar	13
Imposto de Renda	14
Safra 2013/14	19
Gesso na agricultura	20
História - central do PR	22
Opinião.....	24
Bem-estar animal	26
Notas/Fundepec	27
Eventos Sindicais	28
Via Rápida	30

Fotos: Fernando Santos, Gazeta do Povo, André Amorim, Milton Dória, Divulgação e Arquivo FAEP.

Expediente

FAEP - Federação de Agricultura do Estado do Paraná

R. Marechal Deodoro, 450 | 14º andar | CEP 80010-010 Curitiba | Paraná |
F: 41 2169-7988 | Fax: 41 3323-2124 | www.sistemafaep.org.br | faep@faep.com.br

Presidente: Ágide Meneguette | **Vice-Presidentes:** Guerino Guandalini, Nelson Teodoro de Oliveira, Ivo Polo, Francisco Carlos do Nascimento, Ivo Pierin Júnior e Paulo Roberto Orso | **Diretores Secretários:** Livaldo Gemin e Lisiane Rocha Czech **Diretores Financeiros:** João Luiz Rodrigues Biscaia e Julio Cesar Meneguetti | **Conselho Fiscal:** Sebastião Olimpio Santoroza, Lauro Lopes e Ana Thereza da Costa Ribeiro | **Delegados Representantes** Ágide Meneguette, João Luiz Rodrigues Biscaia, Francisco Carlos do Nascimento e Renato Antônio Fontana

SENAR-PR | Administração Regional do Estado do PR

R. Marechal Deodoro, 450 | 16º andar | CEP 80010-010 Curitiba | Paraná |
F: 41 2106-0401 | Fax: 41 3323-1779 | www.sistemafaep.org.br | senarpr@senarpr.org.br

Conselho Administrativo | Presidente: Ágide Meneguette - FAEP | **Membros Efetivos:** Ademir Mueller - FETAEP, Rosanne Curi Zarattini - SENAR AC, Darci Piana - FECOMÉRCIO e Wilson Thiesen - OCEPAR | **Conselho Fiscal:** Sebastião Olimpio Santoroza, Paulo José Buso Junior e Jairo Correa de Almeida | **Superintendência:** Humberto Malucelli Neto

Boletim Informativo | Coordenação de Comunicação Social: Cynthia Calderon
Editor: Hélio Teixeira | **Redação e Revisão:** Hemely Cardoso, Katia Santos e André Amorim | **Projeto Gráfico e Diagramação:** Diogo Figuel

Publicação semanal editada pelas Assessorias de Comunicação Social (ACS) da FAEP e SENAR-PR. Permitida a reprodução total ou parcial. Pede-se citar a fonte.

Mato Grosso do Sul adota Agrinho

“É hoje que preparamos o cidadão do futuro”, lembrou o presidente do Sistema FAEP, Ágide Meneguette, em Campo Grande



Há 19 anos o programa Agrinho, criado pelo SENAR-PR vem transformando a educação no Paraná. Com um conteúdo que envolve temas transversais, como ética, saúde, sexualidade, cidadania, meio ambiente, cultura e desenvolvimento social, o programa paranaense se tornou referência na área educacional e passou a ser adotado em outros estados. É o caso do SENAR-MS, que lançou no último dia 2 de abril, na sede da Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul (Sistema Famasul), em Campo Grande, o projeto piloto Agrinho. O programa vai atender inicialmente 32 mil alunos do Ensino Fundamental de oito municípios do Mato Grosso do Sul em 2014.

“O Agrinho chama a atenção para a importância do campo no cotidiano das pessoas. É hoje que preparamos o cidadão do futuro. É uma satisfação ver o SENAR-MS aderir a este projeto, que contribuirá para a formação dos cidadãos. O Agrinho do MS certamente será um grande sucesso”, disse o presidente do Sistema FAEP, Ágide Meneguette, ao participar do lançamento. A coordenadora pedagógica do SENAR-PR, Patrícia Torres, também presente no evento, lembrou da grande responsabilidade do programa, resultado da parceria entre instituições públicas e privadas. “Em 1996, atendíamos apenas cinco municípios do Paraná, com total de 7,4 mil estudantes. Em 2013 passamos a atingir 329 cidades, com mais de 1 milhão de crianças e

adolescentes”, ressaltou Patrícia.

Segundo o superintendente do SENAR-MS, Rogério Beretta, a meta é atingir todos os alunos da rede pública e particular do Mato Grosso do Sul. Durante o lançamento, o governador do Mato Grosso do Sul, André Puccinelli, avaliou que o programa Agrinho vai propagar o conhecimento na área rural, aumentando a produtividade e renda no setor.

Capacitação

Orientar os disseminadores de conhecimento sobre a relevância do agronegócio e, acima de tudo, desmitificar o setor, muitas vezes visto com equívoco por parte da sociedade. Esse foi principal objetivo da Formação de Multiplicadores do programa Agrinho, realizada nos últimos dias 3 e 5 de abril, em Campo Grande (MS).

A capacitação envolveu um grupo de 15 profissionais e foi ministrada pela coordenadora pedagógica do SENAR-PR, Patrícia Torres e pelo engenheiro-agrônomo e pesquisador da Universidade do Estado de São Paulo (USP), Fernando Curi Peres. “O objetivo foi orientar os integrantes do projeto desde a raiz, para que as informações sejam absorvidas da melhor maneira possível pelo público final, ou seja, aos estudantes”, relata a técnica do SENAR-MS, Sandra Serrano.

O sumiço das abelhas

Desaparecimento dos insetos responsáveis pela polinização de grande parte dos alimentos em todo mundo intriga especialistas e preocupa apicultores

Por Andre Amorim



Imagine a cena. Pela manhã, centenas de operários chineses prendem penas de frango na ponta de uma vara de bambu e saem com um pacote de pólen para polinizar manualmente - flor por flor - árvores frutíferas. A imagem pode parecer surreal aos leitores, mas ela já é uma realidade na China, onde os agentes polinizadores naturais, as abelhas, desapareceram totalmente de algumas províncias.

O mel é apenas uma das baixas nesse cenário. As abelhas são responsáveis pela polinização de 73% das espécies vegetais do planeta. De acordo com o documentário "O Silêncio das Abelhas", produção norte americana de 2007 que retrata casos preocupantes de desaparecimento destes insetos pelo mundo, um enxame de abelhas pode polinizar até 3 milhões de flores em um dia, enquanto um chinês poliniza no máximo 30 árvores no mesmo período. As abelhas também trabalham de graça, realizar a polinização com humanos nos Estados Unidos, por exemplo, custaria mais de US\$ 90 bilhões por ano.

“Se as abelhas desaparecerem da Face da terra, a humanidade terá apenas mais quatro anos de existência. Sem abelhas não há polinização, não há reprodução da Flora, sem Flora não há animais, sem animais não haverá raça humana”.

Albert Einstein

O caso não se restringe apenas ao Hemisfério Norte. No Paraná, casos preocupantes de desaparecimento de colônias estão acometendo os apicultores do Estado. As espécies mais atingidas são os meliponídeos, conhecidas como abelhas sem ferrão, que são nossas espécies nativas. O produtor Flávio Hauptenthal, da cidade de Santa Helena, conta que das 130 colônias de abelha Jataí (uma espécie de meliponídeo) que possuía, lhe restaram apenas seis. Desde 2002 ele vem notando uma mortandade acima da média, mas no ano passado esse processo se intensificou. “Um enxame bom tem mais o menos sete mil abelhas. Agora os enxames têm 50 abelhinhas”, conta.

Segundo ele, a captura de enxames de Jataí na mata também deixou de ocorrer. “Antes armava até litro vazio de refrigerante para servir de isca e pegava bem. Agora não tem mais nada”, lamenta. Os relatos de desaparecimento de abelhas ocorrem em diversos pontos do Estado, mas se concentram na vale do Rio Paraná que envolve também o Paraguai, numa extensão de cerca de 300 quilômetros, em especial no trecho que vai de Foz do Iguaçu a Altônia. Em Marechal Cândido Rondon, o apicultor Valdo Brackmann conta que perdeu cerca de 80% de suas abelhas nos últimos cinco anos. Das 500 colônias que possuía, com quatro tipos diferentes de Jataí, hoje não restam mais de 100. “Elas somem, vão embora. E quando você abra as caixas vê que não tem mais rainha, nem favas de filhotes”, conta.

Com o desaparecimento das Jataís, aos poucos Brackmann vai substituindo as abelhas nativas pelas abelhas da espécie *Apis*

Mellifera, de origem europeia, que têm se mostrado mais resistentes. Apesar de estar sumindo aos bilhões em outros países da Europa, Ásia e América do Norte, no Brasil, seu desaparecimento ocorre num ritmo mais lento.

Essa estratégia, no entanto, pode ter um revés terrível. De acordo com o biólogo e professor aposentado de genética da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR), Harold Brand, nossas abelhas nativas somam mais de 200 espécies diferentes, como Mandaçaia, Manduri, Tubuna, Vorá, Guaraipo e muitas outras. “Se desaparecer a *Apis*, quem faz mel vai perder o emprego, mas pior é o desaparecimento das nossas nativas que são as grandes responsáveis por polinizar as plantas”, afirma.

Devido à sua capacidade de produzir mel, a *Apis Mellifera* é muito mais difundida comercialmente, mas são as meliponídeas nativas que estão nas matas há séculos promovendo a polinização dos vegetais, essencial para nossa biodiversidade.

De origem europeia, a *Apis* foi introduzida no Brasil durante o período colonial, pois sua cera tinha cor mais clara do que a cera das espécies nativas, e era então considerada mais adequada pelos padres jesuítas para produzir velas. Uma colmeia desta espécie pode produzir 50 quilos de mel por ano, enquanto uma colônia de Jataí rende apenas 500 gramas. A resistência da *Apis*, conquistada através de cruzamentos com abelhas de origem africana, também é maior do que as espécies nativas. Muitos dos produtores de mel que alertam para o desaparecimento da Jataí e outras espécies de meliponídeos no Paraná ainda mantêm suas colmeias de *Apis*.



Trecho do documentário “O silêncio das abelhas” mostra a polinização manual na China após o desaparecimento das abelhas

Mistério e perigo

O desaparecimento das abelhas em todo planeta não tem causa definida, mas existem diversas suspeitas, que passam pelo uso excessivo de agrotóxicos, alimentação com transgênicos, perda do habitat, desnutrição e até um vírus que ataca o sistema imunológico dos insetos, semelhante ao vírus da Aids nos humanos. O mais provável, segundo especialistas, é que seja um conjunto destes fatores. O fenômeno que vem dizimando as abelhas no mundo inteiro ganhou o nome de “Colony collapse disorder” (desordem do colapso das colônias) e vem mobilizando cientistas em todo planeta para encontrar uma solução.

Em meados do século passado, o eminente físico Albert Einstein já alertava para as consequências da extinção das abelhas: “Se as abelhas desaparecerem da face da terra, a humanidade terá apenas mais quatro anos de existência. Sem abelhas não há polinização, não há reprodução da flora, sem flora não há animais, sem animais não haverá raça humana”, sentenciou.

A estimativa da comunidade científica internacional é que se as abelhas continuarem a desaparecer neste ritmo, nos Estados Unidos, por exemplo, elas estarão completamente extintas em 2035. Na região do vale do rio Paraná, o apicultor Flávio Haupenthal

relacionou a mortandade dos insetos ao uso de defensivos piratas, que entram no país de forma clandestina via Paraguai. “Tem muito defensivo paraguaio e muita deriva, são mais de 200 casos de deriva comprovados. Na floresta a gente não vê, mas o bichinho sente”, observa.

Neonicotinóides

O uso de defensivos também é apontado pela doutora Lucimar Pontara, professora do departamento de Zoologia da Universidade Estadual de Maringá (UEM) e presidente da Federação Paranaense de Apicultura (Fepa). “Alguns pesticidas embaralham os circuitos cerebrais das abelhas, afetando sua memória e capacidade de orientação. Com isso elas se perdem e não voltam para a colmeia”, afirma ao referir-se aos neonicotinóides, classe de inseticidas que tem origem na molécula de nicotina.

Segundo ela, as espécies nativas, como a Jataí, são mais vulneráveis a esses produtos. “Se a Apis, que é mais resistente, está tendo esses problemas, os nossos meliponídeos são muito mais suscetíveis à destruição”, aponta. Quando a aplicação é realizada por avião agrícola, o efeito é ainda maior sobre os insetos.

Os neonicotinóides estão proibidos temporariamente na



Nas colônias de abelhas nativas, o mel não é produzido em favos, mas sim em “potes”



A pequena Jataí é uma das espécies que mais sofreu no Paraná

Europa devido justamente à mortandade das abelhas. No Brasil o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) iniciou em 2012 o processo de reavaliação desses produtos, iniciado a partir da ocorrência de 60 casos comprovados de mortandade de abelhas em diversas regiões do Brasil, na sua maior parte da espécie *Apis*. “É muito difícil receber notificação de espécies nativas puras”, explica o coordenador geral de avaliação de substâncias químicas do Ibama, Márcio Rosa de Freitas.

Devido aos impactos econômicos destas restrições, o Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (Mapa) e a Secretaria de Defesa Agropecuária emitiram a Instrução Normativa Conjunta nº 1, de 28 de dezembro de 2012 e publicada no Diário Oficial da União de 04 de janeiro de 2013, que regula o uso destes produtos. A medida proíbe as aplicações de agrotóxicos à base de Imidacloprido, Tiametoxam, Clotianidina (todos estes neonicotinóides) e também do Fipronil durante o período de floração das culturas, quando as abelhas estão mais vulneráveis. A medida vale até que seja encerrado o processo de reavaliação ambiental conduzido pelo Ibama. Atualmente a instrução normativa libera o uso destes produtos para as culturas de arroz, cana-de-açúcar, trigo, soja e no algodão apenas até julho de 2014.

Conjunto de males

Segundo Freitas, os estudos utilizados pelo Ibama apontam que o uso incorreto de defensivos agrícolas são a terceira causa de mortandade das abelhas. Em primeiro lugar vem a destruição do habitat dos insetos e em seguida as doenças. “Nenhum estudo é conclusivo sobre os agrotóxicos. A intoxicação crônica das abelhas pelos neonicotinóides levariam a um enfraquecimento da colmeia e uma suscetibilidade maior a doenças”, afirma. Segundo ele “As três principais causas estão agindo em conjunto”.

Nos EUA, descobriu-se que parte da mortandade das abelhas estava associada à presença de um vírus de origem israelense que entrou no país através da importação de abelhas-rainha da Austrália. Chamado vírus israelense de paralisia aguda (IAPV, em inglês), ele mostrou-se letal para as abelhas norte-americanas, mas não para as australianas. “No ambiente de origem ele não trazia problema”, observa a professora Lucimar. Outros fatores ainda estão em estudo, mas até que a causa da desordem do colapso das colônias seja descoberta ainda serão encontradas muitas colmeias fantasma, com mel, mas nenhuma abelha dentro.



O biólogo Harold Brand alerta que o desaparecimento dos meliponídeos poderá trazer sérias consequências a nossa biodiversidade

Abelhas ganham sensores para tentar identificar desaparecimento

Uma das iniciativas para tentar solucionar o mistério do desaparecimento das abelhas foi desenvolvida por um brasileiro. Atuando na Commonwealth Scientific and Industrial Research Organization (Organização de Pesquisa Industrial e Científica) da Austrália, o físico Paulo de Souza desenvolveu um pequeno sensor com 2,5mm por 2,5mm que é colado no dorso dos insetos com o intuito de monitorar seus comportamentos em tempo real e assim tentar entender porque estão desaparecendo em todo planeta.

Nesse primeiro experimento foram monitoradas 5 mil abelhas. O objetivo é verificar quais os fatores externos que vêm influenciando suas atividades e assim tentar determinar o responsável pelo seu desaparecimento.

No segundo semestre o projeto será aplicado no Brasil, para verificar o comportamento das nossas abelhas, principalmente aquelas que vivem na Amazônia. No futuro a equipe de pesquisadores liderada por Souza pretende reduzir ainda mais o sensor para que chegue a 1,5mm.

(Com informações do G1 e Veja)



Dinheiro que vem da abelha

Como as maiores vítimas da desordem do colapso das colônias no Paraná são as abelhas nativas (meliponídeos), seu desaparecimento não tem impacto significativo na produção de mel, que é produzido em maior parte pelas abelhas do tipo apis. Segundo dados do Departamento de Economia Rural (Deral) da Secretaria Estadual de Agricultura e do Abastecimento (Seab), entre 1998 e 2012 houve um incremento de 348% na produção, que passou de 1,9 mil toneladas para 6,63 mil toneladas.

Entre 2011 e 2012 o aumento foi de 10,8%, o que na economia significa um salto de R\$ 32,67 milhões para R\$ 35,94 milhões. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2011 (os mais recentes até o momento), o Paraná é o segundo maior produtor de mel do país, com participação de 12,5% na produção nacional, atrás apenas do Rio Grande do Sul. Segundo o instituto, a cidade de Prudentópolis lidera a produção no Estado, seguido por Ortigueira.

Segundo apicultores contatados pela reportagem do BI, o preço de um quilo de mel de abelha apis gira em torno de R\$ 7,00, enquanto um quilo de mel da abelha jataí chega a R\$ 25,00.



VACINE CONTRA **FEBRE AFTOSA**

DE 01 A 31 DE MAIO

PARANÁ
LIVRE DA FEBRE AFTOSA

Todo o rebanho deve ser
vacinado contra a febre aftosa

Vacinar bovinos e búfalos com
até 24 meses de idade

Aproveite para regularizar o
cadastro de animais junto à Adapar

Informações:

adapar.pr.gov.br



PARANÁ
SECRETARIA DA AGRICULTURA
& DO ABASTECIMENTO



ADAPAR
Agência de Defesa Agropecuária do Paraná

SISTEMA FAEP



SENAR
PARANÁ



FAEP
FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA
DO ESTADO DO PARANÁ



SINDICATO
RURAL



FUNDEPECPR
FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA
AGROPECUÁRIA DO ESTADO DO PARANÁ

O risco que ameaçou a produção

Ministério Público tentou proibir o 2,4D - herbicida utilizado em mais de 70 países. Perdas na soja chegariam a 97% e 40% no milho



Equilíbrio da balança comercial do país, termômetro da inflação controlada, e base da mesa farta de alimentos, o setor agrícola brasileiro esteve sob risco nas últimas semanas. A grande ameaça foi a possibilidade da retirada imediata do mercado de um dos herbicidas mais utilizados no Brasil o 2,4D, que consta na fórmula de pelo menos 46 agroquímicos comercializados no país.

Em março passado, a União foi acionada judicialmente pelo Ministério Público Federal (MPF) contra o registro de nove ingredientes ativos utilizados em defensivos agrícolas, entre eles o 2,4D. O juiz federal Jamil Rosa, da 14ª Vara Federal, porém, indeferiu o pedido lembrando que o 2,4D possui registro em mais de 70 países, entre eles Estados Unidos, Alemanha, Canadá, Austrália, Argentina, China, África do Sul, Espanha, Japão e Vietnã. E já foi alvo de mais de 40 mil estudos em diversas instituições de pesquisa dos vários continentes.

O juiz considerou: “que toda a população brasileira que depende da agricultura seria prejudicada e que não seria adequada a proibição abrupta do produto no mercado sem base em estudos conclusivos e sem a realização de amplo debate”.

Processo

Os pedidos de suspensão do MPF teve como base as reavaliações de 14 ingredientes que estão sendo feitos pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) desde 2008. Desse total, apenas cinco estudos foram concluídos até o momento, sendo os demais contestados pelo MPF. Ou seja, sete anos, haja burocracia impune.

Para embasar a defesa da Advocacia-Geral da União (AGU), o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) encaminhou duas notas técnicas à Justiça. A primeira nota sobre o 2,4D foi encaminhada no dia 29 de março, enquanto a segunda – quanto aos demais ingredientes ativos, no dia 31 de março.

De acordo com o Mapa o autor da ação contra o 2,4D o confundiu com o chamado agente “laranja” (2,45T), que nunca foi registrado para uso nas lavouras brasileiras.

O 2,4D já está no Brasil desde a década de 60 e foi avaliado pelo Mapa, Anvisa e Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) nos termos da Lei

7.802/1989. Ele é utilizado principalmente pelas culturas da cana-de-açúcar, soja, milho, trigo, arroz, café e pastagem, além de fundamental na prática sustentável do plantio direto.

O Mapa informou ainda que uma ação idêntica já havia sido ajuizada pelo Ministério Público Federal no Paraná e arquivada por ser considerada improcedente.

Uma corrente de responsabilidades

A FAEP ouviu produtores e rurais e o engenheiro-agrônomo, pesquisador/doutor da Embrapa Soja Londrina, Dionísio Luiz Pisa Gazziero, que estuda o uso do 2,4D no plantio direto desde 1976. O pesquisador afirma que esta não foi à primeira vez que se levantam dúvidas sobre a segurança do uso do 2,4D.

Ele explica que no processo de permissão para utilização de um agroquímico existem várias responsabilidades e papéis. O pedido de permissão de uso por um fabricante chega ao Ministério da Agricultura, que envia ao Ministério do Meio Ambiente para avaliação envolvendo o Ibama. Em seguida o processo é encaminhado para o Ministério da Saúde onde é avaliado pela Anvisa, que após parecer devolve ao Mapa para avaliação final.

Nessa corrente, os elos que são: o governo, que deve dizer sim ou não; a indústria que deve fabricar dentro das normas técnicas; o profissional que dá a receita para aplicação do produto; e o produtor/operador/aplicador do produto, precisam atuar, cumprir seus papéis.

“O problema é quando o governo não atua, como é o caso da Anvisa, que desde 2008 não emite um parecer sobre a reavaliação dos agroquímicos”, comenta Gazziero. Por conta dessa demora é que o caso foi parar na Justiça. A Anvisa deveria reavaliar

os agroquímicos, uma vez que foi a própria Agência ainda em 2006, que editou uma portaria anunciando a reavaliação do 2,4D. O decreto nº 4.074/2002 prevê prazo de 120 dias para que a Anvisa divulgue o resultado deste trabalho, o que não ocorreu até o momento.

Desde os anos 70

“Esse produto se tornou importante para a agricultura brasileira nos anos 70, porque os produtores rurais só tinham duas opções para o controle de ervas daninhas no plantio direto: o paraquat e o glifosato (que em 1980 custava o equivalente a R\$ 80,00 o litro). O uso do 2,4D no manejo da pré-semeadura nas áreas de plantio de soja/milho/trigo tornou-se uma alternativa não só pela eficiência, mas também porque reduzia o custo de produção e a quantidade de doses aplicadas”, diz.

O 2,4D começou a ser utilizado no Brasil na década de 1960, mas segundo o pesquisador, sua ação herbicida foi descoberta em 1942. A formulação atualmente utilizada no Brasil é o 2,4D Amina que está na sua segunda versão, a primeira foi o 2,4D Éster, que foi retirada de comercialização, porque apresentava problemas de volatilidade.

“A terceira geração da formulação do 2,4D chamada colina está em desenvolvimento pela Dow AgroSciences e possui como características: a baixa deriva (quando as gotas são carregadas pelo vento e desvia o produto aplicado do alvo, nesse caso a planta daninha), ultra volatilidade e sem cheiro. Essa nova formulação estará disponível no mercado brasileiro entre 2017/18 e será comercializada com a tecnologia Enlist”, diz.

O 2,4D Amina é um sal produzido em vários países entre eles Estados Unidos, Índia e Ásia. O sal é importado e o prosuto é



sintetizado no Brasil por cinco empresas, que agregam na formulação outros componentes como, espessantes, adjuvantes, anti-espumante, anit-floculante e água. Existem legislações, normas técnicas e protocolos internacionais que uma vez seguidos garantem um padrão de segurança ao produto final. O pesquisador da Embrapa lembra que a segurança de qualquer produto não está só na fabricação, mas também no uso de forma correta.

Perdas de produtividade

Caso a proibição do uso do 2,4D fosse adiante as consequências para as lavouras brasileiras de soja seriam enormes, principalmente na região Sul e no Brasil central, maiores produtoras de soja. Um exemplo de eficiência do 2,4D é no controle das espécies de buva, que tem nome científico *Conyza bonariensis*/ *C. canadenses*/*C.sumatrensis*. A buva germina antes da sementeira da soja e quando não é bem controlada, atrapalha o desenvolvimento da cultura, causando competição e redução e perdas de produtividade. Essas perdas, segundo o pesquisador da Embrapa podem variar de 20 a 70% nas áreas infestadas.

O Mapa vai mais longe e afirma que essas perdas na soja chegariam a 97%, na cultura do milho em 40% e no algodão de 20%. “Nós até podemos encontrar alternativas para substituir o 2,4D, mas esses substitutos não são tão bons e eficientes como ele”, afirma Gazziero.

Essa afirmação é endossada pelo produtor rural, Celso Porsch, 61 anos, de Toledo, no oeste paranaense, onde cultiva grãos em 250 hectares. “A importância do 2,4D para a lavoura da soja é igual a do cimento para a construção civil. Seria como dizer aos engenheiros - vocês podem continuar construindo, mas não podem usar o cimento. Isso inviabilizaria a atividade”, diz.

Porsch conta que em 2013 a Câmara Municipal de Toledo realizou uma audiência pública sobre o uso do 2,4D, pois havia uma iniciativa de proibir o uso do produto nas lavouras da cidade. O Sindicato Rural de Toledo e a FAEP convidaram o pesquisador

Fernando Adegas, da Embrapa Soja Londrina, que desenvolve pesquisas junto com Gazziero, para uma palestra sobre o defensivo.

Participaram da audiência cerca de 150 pessoas entre produtores rurais, profissionais da área, de cooperativas e os vereadores. “O pesquisador mostrou que os questionamentos não tinham fundamento e que o 2,4D além de eficiente possui alta recomendação técnica”, lembra Porsch.

Produção de alimentos

O pesquisador da Embrapa acrescenta que os agricultores enfrentam o grande desafio de produzir alimentos para uma população de 7,2 bilhões (ONU 2013). “O sistema de produção de alimentos evoluiu e o uso de defensivos, de forma adequada é necessário, pois a evolução das plantas daninhas cria novos desafios para a pesquisa e para os agricultores, que tem a função de produzir mais na mesma área”.

Infelizmente, continua ele, “alguns grupos da sociedade por desconhecimento total dos mecanismos de produção comercial de alimentos imaginam que a produção em grande escala deve ser feita como nossos antepassados faziam em pequenas áreas”, diz.

O pesquisador fala também da importância do manejo das plantas daninhas. Para ele o manejo nada mais é do que administrar o controle das espécies infestantes utilizando todas as ferramentas disponíveis como o controle químico integrado ao cultural e mecânico. A palha das culturas do trigo e aveia, por exemplo, ajuda muito no controle das plantas daninhas. No caso do Paraná as plantas daninhas que pressionam as lavouras de soja são a buva e o capim amargoso.

“Nos últimos 20 anos não tivemos o lançamento de nenhuma molécula com novos mecanismos de ação no combate de plantas daninhas. O que houve foi a chegada da soja geneticamente modificada resistente ao glifosato. E novas tecnologias baseadas na biotecnologia virão, mas para uso dos velhos produtos. Por isso temos a responsabilidade de usar adequadamente esses produtos para não queimar essas ferramentas”, finaliza.



Queimada controlada da cana no Paraná deverá ser eliminada, em áreas mecanizáveis, até dezembro de 2030.

Por •Alana Smuk Ferreira, advogada



O Instituto Ambiental do Paraná (IAP) não está proibido de conceder novas autorizações para a queima controlada da cana-de-açúcar e pode continuar renovando as já expedidas. Isso ocorre enquanto não transitar em julgado as decisões judiciais nos autos das ações civis públicas, ajuizadas em todo Estado do Paraná, notadamente pelo Ministério Público Federal (MPF).

Essa discussão não se limita apenas aos interesses das partes, razões que culminaram, inclusive, no reconhecimento de Repercussão Geral nos autos do Recurso Extraordinário nº 586.224-1, da relatoria do ministro Luiz Fux. O Governo do Estado do Paraná editou, recentemente, o Decreto Estadual nº 10.068/2014.

Dentre outras providências, o legislador estadual tornou sem efeito as Portarias IAP nº 234/2010 e nº 239/2010, bem como as Resoluções SEMA nº 065/2010 e nº 076/2010, fixando importantes parâmetros para eliminação da despalha com uso de fogo, classificando as áreas mecanizáveis e não-mecanizáveis para estes fins.

Pela previsão legal, a abolição do uso do fogo ocorrerá nos seguintes prazos e percentuais sobre o total da área mecanizável: até 31 de dezembro de 2015, 20 %; até 31 de dezembro de 2020, 60%; e até 31 de dezembro de 2025, em 100% da área.

Para áreas não-mecanizáveis – estrutura de solo que inviabilizam a adoção de técnicas usuais de mecanização da atividade de corte da cana –, o prazo será maior. O decreto prevê a

eliminação até 31 de dezembro de 2030, desde que exista tecnologia viável à substituição.

É preciso clarear que a legislação não estipula prazo em caso de indisponibilidade tecnológica. Em resumo: na hipótese da área agricultável não ser passível de mecanização, a possível interpretação da lei é que a queima controlada da despalha permanecerá autorizada naquele local específico.

Audiência pública

Atento à necessidade se considerar diversos aspectos, além dos ambientais, para solucionar a problemática do uso do fogo, o ministro Luiz Fux, ao analisar o RE nº 586.224, determinou a realização de audiência pública para debater melhor a questão.

Para o ministro, a audiência se fazia necessária, pois a queima da palha é assunto extremamente abrangente, cuja apreciação ultrapassa os limites estritamente jurídicos, demandando abordagem técnica e interdisciplinar.

Na audiência, os representantes do Estado do Paraná – FAEP, Sindicato da Indústria do Açúcar (Siapar) e Associação dos Produtores de Bioenergia (Alcopar) - expuseram os principais aspectos e as inúmeras questões ambientais, econômicas e sociais que seriam negativamente impactadas pela eventual proibição da técnica de colheita da cana-de-açúcar por meio da queimada controlada.

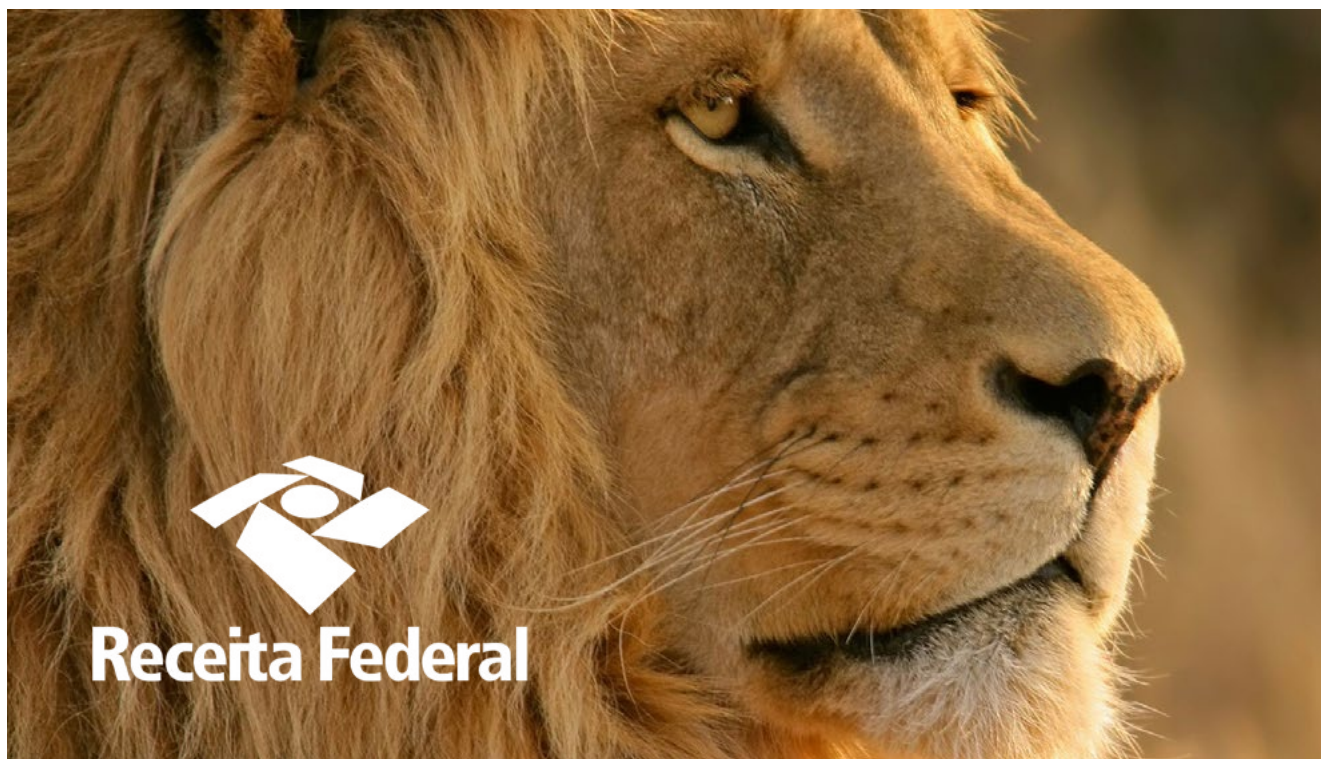
É preciso lembrar que a queima da palha não envolve somente os aspectos ambientais abordados pelo MPF, pois se trata de técnica agrônoma de grande relevância para economia nacional, especialmente porque emprega grande contingente de trabalhadores. Neste sentido, espera-se que a solução a ser adotada pelo Poder Judiciário leve em conta estes aspectos, e não apenas e tão somente aqueles de cunho ambientalista.

A proibição da queima da palha da cana-de-açúcar ainda se encontra pendente de posicionamento pacífico, o que deverá ocorrer quando da apreciação do RE nº 586.224. O entendimento ali explicitado deve influenciar os demais julgamentos sobre o tema, em razão do reconhecimento de Repercussão Geral naqueles autos.

De olho no Leão

Produtor rural: 30 de abril termina o prazo de entrega da Declaração de Renda Pessoa Física

Confira as orientações para preencher a declaração de renda para a Atividade Rural



Até o dia 30 de abril, prazo final para a declaração do Imposto de Renda – Pessoa Física, cerca de 27 milhões de brasileiros terão de prestar contas ao Leão da Receita Federal. O Boletim Informativo preparou um resumo com orientações e respostas sobre as dúvidas mais comuns relativas à declaração de imposto de renda da Atividade Rural.

1 - Quando o produtor rural está obrigado a fazer declaração de Imposto de Renda (IR)?

Resposta – Quando recebeu em 2013 rendimentos isentos, não tributáveis ou tributados exclusivamente na fonte (como por exemplo, indenizações de seguros, heranças, doações ou prêmios de sorteios/loterias), cuja soma foi superior a R\$ 40.000,00;

- Obteve, em qualquer mês de 2013, ganho de capital (lucro) na venda de bens ou direitos, sujeito à incidência do imposto, ou realizou operações em bolsas de valores, de mercadorias, de futuros e assemelhadas;
- Quando optou pela isenção do imposto sobre a renda incidente sobre o ganho de capital auferido na venda de imóveis residenciais, cujo produto da venda seja destinado à aplicação na aquisição de imóveis residenciais localizados no país, no prazo de 180 dias contados da celebração do contrato de venda. Nos termos do artigo 39 da Lei nº 11.196, de novembro de 2005.
- Obteve receita bruta da atividade rural em valor superior a R\$ 128.308,50, como por exemplo, venda de grãos, leite, gado, madeira, máquinas agrícolas.

- Quando pretende compensar lucros com prejuízos da atividade rural de anos anteriores ou do próprio ano-base a ser declarado.
- Teve, em 31/12/2013, a posse ou a propriedade de bens ou direitos inclusive terra nua, de valor total superior a R\$ 300.000,00.

2 - Qual é a forma de apuração do resultado da atividade rural da pessoa física?

Resposta – O resultado da exploração da atividade rural exercida pela pessoa física é apurado mediante a escrituração do livro-caixa, abrangendo as receitas, as despesas, os investimentos e demais valores que integram a atividade.

A escrituração e a apuração devem ser feitas separadamente, por contribuinte e por país, em relação a todas as unidades rurais exploradas individualmente, em conjunto ou em comunhão em decorrência do regime de casamento.

Quando a receita bruta total auferida no ano-calendário não exceder a R\$ 56.000,00 é facultada a apuração mediante prova documental, dispensada a escrituração do livro-caixa, encontrando-se o resultado pela diferença entre o total das receitas e o das despesas/investimentos.

Também é permitido à pessoa física apurar o resultado pela forma contábil. Nesse caso, deve efetuar os lançamentos em livros próprios de contabilidade, necessários para cada tipo de atividade (Diário, Caixa, Razão etc.), de acordo com as normas contábeis, comerciais e fiscais pertinentes a cada um dos livros utilizados. Ressalte-se que, no caso de exploração de uma unidade rural por mais de uma pessoa física, cada produtor rural deve escriturar as parcelas da receita, da despesa de custeio, dos investimentos e dos demais valores que integram a atividade rural que lhe caibam.

A Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) disponibiliza o programa aplicativo Livro-Caixa da Atividade Rural para pessoa

física que exerça a atividade rural no Brasil ou no exterior, o qual permite a escrituração pelo sistema de processamento eletrônico, no site www.receita.fazenda.gov.br.

(Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, art. 18; Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999 - Regulamento do Imposto sobre a Renda - RIR/1999, art. 60; Instrução Normativa SRF nº 83, de 11 de outubro de 2001, arts. 22 a 25)

3 - Existe alguma maneira de reduzir o IR a ser pago na Atividade Rural de maneira totalmente legal?

Resposta – Sim o produtor rural pode usar as próprias particularidades do setor, que são:

A) Divisão de faturamento entre o casal - Em diversos casos, mesmo marido e mulher desenvolvendo a atividade rural em conjunto, a declaração acaba sendo feita apenas em nome ou do marido, ou da esposa, o que pode gerar um prejuízo tributário considerável. O valor de R\$ 128.308,50 que é um dos critérios que obriga a apresentação da declaração de renda, também trata-se do limite de isenção de IR para a Atividade Rural. Ao dividir as receitas, custos e despesas da atividade entre o casal, fazendo sua declaração de renda em separado, aproveitam-se dois limites de isenção para o mesmo faturamento total do casal. Para entendermos melhor o impacto desta estratégia, cito o caso de um casal de pequeno porte, com uma área de 50 hectares, produção média de R\$ 312.500,00 no ano. Ao dividir em partes iguais esse faturamento, pagaria-se 10 vezes menos imposto.

B) Reinvestimento de Imposto de Renda na atividade ou na melhoria de produtividade. Caso o agricultor perceba no decorrer do ano (principalmente no mês de dezembro) que terá resultado positivo, existe a possibilidade de anular esse lucro ou mesmo até gerar um prejuízo fiscal, através da compra de uma máquina/implemento



agrícola, construção de galpão para armazenagem ou a antecipação da compra de insumos para a safra seguinte, transformando assim algo que seria um gasto (imposto) em um investimento.

C) Livro caixa a correta formalização de despesas – Um problema muito frequente é a deficiência na formalização dos custos/despesas da Atividade Rural. É comum ouvir de produtores que a margem de lucro desta atividade não é muito elevada, porém isso muitas vezes não se traduz em sua documentação fiscal, pelo fato deste produtor não solicitar, ou mesmo não manter a guarda das notas fiscais/recibos de pagamento dos custos e despesas da atividade;

Um problema simples de resolver. A escrituração e a apuração devem ser feitas separadamente, por contribuinte e por país, em relação a todas as unidades rurais exploradas individualmente, em conjunto ou em comunhão em decorrência do regime de casamento;

Quando a receita bruta total auferida no ano-calendário não exceder a R\$ 56.000,00 é facultada a apuração mediante prova documental, dispensada a escrituração do livro-caixa, encontrando-se o resultado pela diferença entre o total das receitas e o das despesas/investimentos;

A Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) disponibiliza o programa aplicativo Livro-Caixa da Atividade Rural para pessoa física que exerça a atividade rural no Brasil ou no exterior, o qual permite a escrituração pelo sistema de processamento eletrônico, no site www.receita.fazenda.gov.br.

D) A formação de Condomínios Rurais - Para famílias mais numerosas atuantes na Atividade Rural, onde possam ser unidos fatores de produção entre os integrantes deste grupo familiar, como

terras para cultivo, equipamentos ou mesmo a própria força de trabalho, existe a possibilidade da formação de um Condomínio Rural para a exploração da atividade;

Esta é uma prática ainda pouco conhecida por agricultores brasileiros, mas capaz de gerar enormes benefícios fiscais, seja pela soma de limites de isenção, seja pela segurança fiscal no momento do rateio de receitas e despesas entre os membros da família;

Com a implementação desta estratégia, uma família de médio porte, formada por um casal com um filho e esposa ligados à atividade (ou seja, quatro pessoas), com cerca de 100 hectares e um faturamento médio anual de R\$ 625.000,00, caso declarasse todo esse faturamento concentrado em um único integrante da família, pagaria com base no regime de arbitramento cerca de R\$ 20.000,00 de IR;

Caso esta atividade fosse estruturada sob forma de Condomínio Rural, com participações iguais de 25% das receitas e custos/despesas para cada membro da família, tendo em vista que normalmente todos participam com seu patrimônio e/ou trabalho na Atividade Rural, pagariam menos de R\$ 1.500,00, ou seja, uma economia gigantesca de imposto a pagar.

E) A constituição de Empresa Rural Familiar - E para aqueles casos onde a família seja pouco numerosa, ou ainda onde haja o desejo de organizar a sucessão do patrimônio da família de uma maneira simples, barata e eficiente, existe ainda a alternativa da constituição de uma Empresa Rural Familiar, com a finalidade de exploração agrícola e venda da produção própria. Para estes casos, a economia de IR pode chegar até 50% do imposto a ser pago. Para estas famílias pequenas também é possível à implementação de uma estratégia





Receita Federal



ainda diferente, um sistema de Parceria Agrícola entre Empresa Rural e Pessoa Física, porém nestes casos se fazem necessários alguns cuidados acerca desta parceria, para que não haja a configuração de fraude fiscal.

4 - Por exemplo, um agricultor fez a aquisição de uma prótese ortopédica para correção. Este valor é dedutível para lançar na declaração? Em que código pode ser lançado essa despesa?

Resposta - Como esta prótese é para correção, o produtor deverá lançar como despesa médica desde que tenha nota fiscal. E pelo fato do programa da declaração não ter opção para a especialidade de ortopedista, o produtor pode deixar no código 10 Médicos no Brasil em pagamentos efetuados.

Conceituação de arrendatário e parceiro

- Para fins de exploração da atividade rural, conceitua-se como arrendatário ou subarrendatário (também conhecido como locatário ou foreiro) e como parceiro-outorgado ou subparceiro-outorgado (também conhecido como sócio, meeiro, terceiro, quartista ou percentista) a pessoa ou o conjunto familiar representado pelo seu chefe, que recebe o imóvel ou a unidade rural, parte ou partes dos mesmos, incluindo, ou não, outros bens, benfeitorias e facilidades, e neles exerce qualquer atividade agrícola, pecuária, agroindustrial, extrativa vegetal ou mista, sob contrato de arrendamento ou parceria rural.

Atenção:

Para ter plena validade perante o fisco, esses contratos devem ser comprovados por instrumento escrito hábil e idôneo.

Arrendatário e parceiros na exploração de atividade rural, bem como condôminos e cônjuges, devem apurar o

resultado, separadamente, na proporção das receitas e despesas que couber a cada um.

(Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, arts. 95 e 96; Lei nº 8.023, de 12 de abril de 1990, art. 13; Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999 – Regulamento do Imposto sobre a Renda – RIR/1999, arts. 59 e 64, parágrafo único; Instrução Normativa SRF nº 83, de 11 de outubro de 2001, arts. 14 e 15)

Ganho de Capital

- É o lucro obtido quando se transfere qualquer bem móvel ou imóvel, que poderá estar sujeito ao pagamento do Imposto sobre Ganho de Capital, alíquota 15% para valores (Consultar Sindicato ou site www.receita.fazenda.gov.br);
- O ganho de capital não incide só no lucro, ele incide sobre heranças recebidas, divisão de bens em caso de separação, entre outros;
- Para apuração do ganho de capital deverá ser preenchido o programa próprio da receita federal, bem como deverá ser consultada a legislação própria para usufruir de isenções.

5 - No caso de doação de propriedade rural dos pais para os filhos é preciso pagar imposto de renda?

Resposta – Em caso de doações de pais para filhos não há incidência de imposto, mas o produtor deve lembrar que além de ter que pagar o Imposto sobre Transmissão de Bens e Imóveis (ITBI) para fazer a averbação ele terá que recolher também o Imposto sobre a Transmissão Causa Mortis ou Doação (ITCMD) com o percentual de 4% à Receita Estadual sobre o valor doado.

Tratamento tributário da transferência dos bens e benfeitorias na herança, dissolução da sociedade conjugal ou doação, quando recebidos pelos sucessores legítimos, ex-cônjuges ou donatários.

- I - Caso o custo dos bens e benfeitorias que estejam sendo

transferidos tenha sido deduzido como custo ou despesa da atividade rural, pelo espólio, ex-cônjuge ou doador, o tratamento tributário é o seguinte:

- 1. Espólio, ex-cônjuge ou doador que entrega os bens e benfeitorias:
- No mês da partilha, dissolução ou doação, com a entrega efetiva dos bens e benfeitorias, deve ser incluído como receita da atividade rural o valor correspondente à recuperação de custos (custo histórico) ou do valor de mercado a eles atribuído;
- 2. Sucessores legítimos, ex-cônjuge ou donatários que recebem os bens e benfeitorias:
 - a) Caso continuem a exploração da atividade rural na unidade recebida, deduzem como despesa da atividade rural no mês da partilha, dissolução ou doação o valor incluído como receita pelo espólio, ex-cônjuge ou doador e não incluem os bens e benfeitorias na Declaração de Bens e Direitos, devendo informá-los no campo "Discriminação" da Declaração de Bens do Demonstrativo da Atividade Rural, identificando-os de forma minuciosa, sem qualquer valor;
 - b) Caso não continuem a exploração da atividade rural na unidade recebida: informam, na Declaração de Bens e Direitos, os bens e benfeitorias recebidos, especificando-os no campo "Discriminação", deixando em branco o campo "Situação em 31/12/2012 (R\$)", e incluindo no campo "Situação em 31/12/2013 (R\$)", o valor incluído como receita pelo espólio, ex-cônjuge ou doador;

Em qualquer das hipóteses acima, os sucessores legítimos, os ex-cônjuges ou os donatários que recebem os bens e benfeitorias informam o valor incluído como receita pelo espólio, ex-cônjuge ou doador como rendimento isento na Declaração de Ajuste Anual.

- II - Caso o custo dos bens e benfeitorias que estejam sendo transferidos não tenha sido deduzido como custo ou despesa da atividade rural, pelo espólio, ex-cônjuge ou doador, o seu valor integra o custo de aquisição, podendo ser somado ao valor da

terra nua, para efeito de eventual apuração de ganho de capital, se for o caso.

Atenção:

Caso o de cujus (falecido) tenha recebido adiantamento de recursos financeiros por conta de venda para entrega futura, a qual não foi feita e ficou a cargo do meeiro(a) ou dos sucessores legítimos, a receita correspondente é tributada como rendimento da atividade rural destes, caso continuem a exploração da atividade rural na unidade recebida, ou do espólio caso não encerrado o inventário, no mês da entrega dos produtos (Instrução Normativa SRF nº 83, de 11 de outubro de 2001, art. 19).

(Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, art. 23; Instrução Normativa SRF nº 84, de 11 de outubro de 2001, art. 20)

6 - Um produtor faleceu em 2013 e deixou quatro herdeiros. A partilha foi feita somente de parte dos bens, a dúvida é se pode fazer baixa do espólio parcial?

Resposta - Sim, nesse caso se faz a baixa dos bens que foram divididos no ano de 2013 na declaração espólio do pai e cada um dos quatro herdeiros declara na ficha Bens e Direitos o valor recebido.

7 - Como deve ser tributado o resultado da atividade rural no caso de encerramento de espólio ou saída definitiva do Brasil durante o ano-calendário?

Resposta - Nesses casos, o resultado da atividade rural exercida até a data da decisão judicial da partilha, sobrepartilha ou adjudicação dos bens, ou da lavratura da escritura pública de inventário, (encerramento de espólio) ou até o dia anterior à data da aquisição da condição de não residente (saída definitiva do Brasil), quando positivo, integrará a base de cálculo do imposto devido na Declaração Final de Espólio ou na Declaração de Saída Definitiva do País.

* *Informações Contadora Cleusa Aparecida da Silva (CRC 026202/0.6)*



Produção de grãos: 190 milhões de toneladas

Levantamento da safra 2013/14 mostra aumento de 21,5% do trigo



A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) atualizou (em 10/04) os dados relativos à produção de grãos no Brasil. O estudo indica uma colheita de 190,6 milhões de toneladas. O volume representa um aumento de 1,1% em relação à safra passada, que foi de 188,7 milhões de toneladas, segundo a estimativa do 7º Levantamento de Grãos da Safra 2013/2014, divulgado pela Companhia.

Houve aumento em relação ao último levantamento de cerca de 1,9 milhão de toneladas, graças à recuperação das lavouras de soja e do milho 2ª safra que tiveram dados positivos, com menos influência das intempéries climáticas ocorridas nas regiões produtoras.

O maior destaque deste levantamento foi a cultura do trigo, em termos percentuais, que apresentou um incremento de 21,5% (1,1 milhão de toneladas a mais), atingindo 6,7 milhões de toneladas. A soja continua com bom desempenho: 86,08 milhões de toneladas. O arroz teve também boa participação, com um aumento de 6,6% (779 mil toneladas), alcançando 12,6 milhões de toneladas. O feijão total cresceu 25,1% (704 mil toneladas), chegando a 3,5 milhões de toneladas.

O milho total (primeira e segunda safras) sofreu redução de 7,4% (6,1 milhões de toneladas), devendo chegar a 75,5 milhões de toneladas. No ano passado, foram produzidas 81,5 milhões de toneladas. O primeira safra reduziu 8,9%, totalizando 31,5 milhões de toneladas e o segunda, 6,4%, chegando a 43,9 milhões de toneladas.

Área - O total de área destinada ao plantio de grãos deve chegar a 56,4 milhões de hectares, o que significa uma alta de 5,3% se comparado à área de 53,28 milhões de hectares da safra passada. A soja segue com crescimento de 8,2%, passando de 27,7 para 30 milhões de hectares. As outras culturas que tiveram elevação de área foram trigo (14,2%), arroz (0,7%), feijão total (9,2%), algodão (22,4%), mamona (28,5%), girassol (99,6%) e amendoim primeira e segunda safras (12,3%).

Lá fora

O USDA (Departamento de Agricultura dos Estados Unidos) divulgou, nesta quarta-feira (9), seu relatório de oferta e demanda de abril.

- **Soja EUA** - Os estoques finais de soja nos Estados Unidos foram reduzidos de 3,95 milhões de toneladas para 3,67 milhões de toneladas
- **Soja Mundo** - A produção mundial de soja também recuou e passou para 284,05 milhões de toneladas, contra 285,43 milhões estimadas em março. Os estoques globais também caíram e passaram de 70,64 milhões para 69,42 milhões de toneladas.
- **Milho EUA** - O USDA reportou ainda uma redução nos estoques norte-americanos de milho. O número ficou em 33,82 milhões de toneladas, frente as 36,98 milhões de toneladas estimadas em março. As exportações, por outro lado, aumentaram e passaram de 41,96 milhões para 44,45 milhões de toneladas.
- **Milho Mundo** - A produção mundial registrou um expressivo aumento e foi de 966,63 milhões para 973,9 milhões de toneladas. Os estoques mundiais, por sua vez, recuaram de 158,47 milhões para 158 milhões de toneladas.

Gesso agrícola produz bons resultados

Insumo elimina o alumínio tóxico do solo e possui nutrientes importantes para as plantas. Mas a logística o encarece.



Ainda pouco difundido na agricultura paranaense, o gesso agrícola é um insumo importante para a correção do solo, que proporciona um maior crescimento das raízes, melhorando a absorção de água e de nutrientes pelas plantas. Conhecido também como fosfogesso, ou sulfato de cálcio dihidratado, ele tem eficácia comprovada no aumento de produção das lavouras, principalmente nas culturas de inverno, como trigo e cevada.

De acordo com a doutora Maria do Carmo Lana, professora do departamento de Agronomia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), a principal contribuição do gesso agrícola é a capacidade de complexar (neutralizar) o alumínio tóxico presente no solo. O gesso também atua mais profundamente no solo do que outros insumos, como o calcário agrícola. Outro benefício é a presença de cálcio e enxofre na sua composição, elementos essenciais na formação dos vegetais. “Além do benefício da eliminação do alumínio também funciona como adubo”, diz Lana.

Sem a barreira química do alumínio, que dificulta o crescimento das raízes, a planta consegue buscar água e nutrientes

em camadas mais profundas, sendo um importante aliado principalmente nos momentos de veranico e estiagens, quando as camadas superficiais do solo ficam mais secas.

Para utilizar o gesso corretamente é preciso fazer uma análise prévia de solo para verificar a existência de teores tóxicos de alumínio nas camadas mais profundas (entre 20 cm e 40 cm). Segundo orientações da Embrapa, o produto deve ser aplicado onde a saturação de alumínio for maior do que 20% e quando a saturação de cálcio for inferior a 60%. As aplicações também devem ser adequadas à textura do solo (veja tabela na próxima página). “Não se deve aplicar doses altas em solo muito arenoso”, explica a doutora.

Incremento na produção

O benefício da aplicação do gesso agrícola verifica-se tanto em experimentos científicos, como os realizados pela Unioeste e pela Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro), quanto

nas lavouras comerciais, como a do produtor Cezar Czerniej, de Cafelândia. Ele conta que começou a utilizar o produto no ano passado nas culturas de soja e milho, seguindo uma recomendação técnica. “A resposta foi bem positiva, teve um incremento de mais ou menos 50 sacas por alqueire”, diz. No ano que vem, o produtor espera utilizar o produto na cultura de trigo.

Segundo o doutor Marcelo Marques Müller, professor do departamento de agronomia da Unicentro, um experimento utilizando doses crescentes de gesso agrícola nas culturas de cevada, milho, trigo e aveia apontou a uma produtividade entre 5% e 12% maior. Ele destaca que a dose de máxima eficiência técnica (onde é encontrado o melhor resultado) não é sempre a mesma, varia de ano para ano em função das variações climáticas. Em 2012, houve um incremento de 25% na produção de trigo, segundo Müller, devido a um inverno muito seco. “Mas foi um ano atípico”, afirma.

Outro experimento, conduzido na Uniãoeste, demonstrou um incremento de 23% na produção de trigo utilizando o gesso. Nesse caso não houve resposta para a soja. Segundo a professora Maria do Carmo, comparado com a soja, o trigo é muito mais vulnerável ao alumínio, daí os resultados diferentes.

Plantio direto

De acordo com o professor Müller, da Unicentro, no Sul do Brasil o gesso agrícola tem importância especial devido à difusão do uso do plantio direto. Nesta técnica, que utiliza a palha e outros restos vegetais para realizar o plantio, o efeito do calcário agrícola para eliminar a acidez do solo é reduzido, pois atua numa profundidade

muito superficial. “Com 15, 20 anos de plantio direto, você cria um histórico de calagem superficial, com isso o solo vai ficando mais ácido”, explica.

Para resolver este problema, o gesso tem importante papel, uma vez que consegue penetrar em camadas mais profundas do solo. “O gesso é 140 vezes mais solúvel do que o calcário agrícola”, diz Müller. Porém, é preciso ficar atento à dosagem correta do produto. Em excesso, o gesso pode reduzir a absorção de potássio e magnésio pelas plantas, outros importantes nutrientes vegetais.

Logística cara

O gesso agrícola não deve ser confundido com o gesso utilizado na construção civil e na área médica, que é produzido através do aquecimento da gipsita. O gesso agrícola é um subproduto das indústrias de fertilizante fosfatado, desta forma, está disponível apenas onde há produção deste insumo.

Segundo Müller, este tipo de indústrias se concentra nos Estados de São Paulo, Goiás e Minas Gerais. Com isso, o custo do transporte para o Paraná acaba encarecendo o produto. “O caro é o frete”, confirma o produtor Cezar Czerniej, que pagou R\$ 140,00 por tonelada de gesso agrícola trazido de São Paulo. Para efeito de comparação, a tonelada do gesso para retirar na cidade de Cubatão sai por R\$ 52,00, segundo cotação de empresa do setor.

Diferente do calcário agrícola, que aproveita o frete de retorno dos caminhões que levam a produção agrícola a Paranaguá, o gesso não conta com fornecedores em pontos estratégicos.

Tabela 1 - Recomendação de aplicação de gesso com base na textura do solo

Teor de argila	Quantidade a ser aplicada
..... % Kg ha ⁻¹
0-15	700
16-35	1200
36-60	2200
61-100	3200

Fonte: Embrapa, 2006.

CENTRAL DO PARANÁ

Sua construção atravessou nove governos



Fotografia: Gazeta do Povo

Historicamente a construção de ferrovias no Brasil segue o ritmo da Maria Fumaça. Não é preciso voltar muito no tempo, porque há o exemplo clássico da Ferrovia Norte-Sul, iniciada em 1987, no governo José Sarney, onde foram gastos mais de 5 bilhões de reais, e que ninguém ainda viu um trem apitar na curva ou na reta.

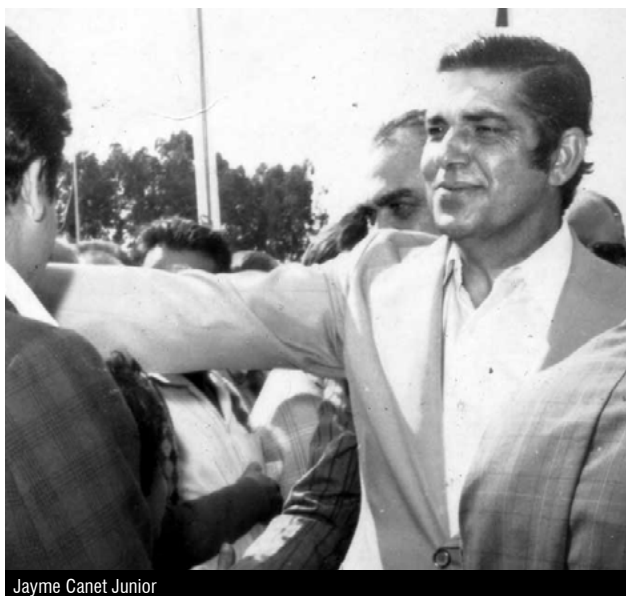
A Ferrovia Central do Paraná ligando Apucarana a Ponta Grossa, que corta o Estado como uma cicatriz, passou por nove governadores até ser inaugurada. Vital para a economia teve seu embrião no começo do primeiro governo de Moisés Lupion (1947-1951) por meio de um contrato com a empresa que iria executar a terraplenagem e, em troca, receberia terras no Oeste do Paraná. Depois, ficou paralisada, mas teve alguma sequência no governo de Bento Munhoz da Rocha (1951-1955). No segundo governo de Lupion (1956-1961), a Central do Paraná foi transferida para o governo federal.

“Nesta época, eu estava na Rede Ferroviária Federal, respondendo pelo Departamento de Obras, que cuidou do recebimento da estrada de ferro da Central do Paraná”, contou o engenheiro Osiris

Stenghel Guimarães em entrevista ao projeto Memória Paranaense. O presidente da Rede Ferroviária, na época, era Osvaldo Leitão, ligado ao Paraná e que comandou a jurisdição para o governo federal para concluir essa ferrovia.

Logo depois, o governador Ney Braga (1961-1965) assumiu e reivindicou o retorno da ferrovia para o governo do Estado. O então secretário de Viação e Obras Públicas, Alípio Ayres de Carvalho, que tinha verdadeira obsessão por construção de ferrovias, defendeu com unhas e dentes sua construção. “Houve uma famosa reunião dos governadores em Santa Catarina, quando Jânio Quadros praticamente sepultou a continuação da Central do Paraná, dizendo que o governo federal não ia pôr mais nenhum tostão nela, porque estava sendo construída uma rodovia paralela, a do Café e, conseqüentemente, o Estado deveria parar com a construção”, contou Stenghel Guimarães. Foi aí que o governo paranaense reassumiu a Central do Paraná, com poucos recursos, chegando a um trecho concluído de terraplenagem até Ipiranga.

Paulo Pimentel seria o terceiro governador a tratar da Central



Jayme Canet Junior

do Paraná. Governador entre 1966 e 1971, na sua administração foi contraído um empréstimo no exterior para recomençar a estrada de ferro. Depois, por motivos técnicos e alguns problemas financeiros, novamente a estrada ficou praticamente paralisada.

O Brasil vivia o período militar e o general-presidente Emílio Garrastazú Médici indicou, sem ouvir as lideranças políticas, o então deputado federal Haroldo Leon Peres para substituir Pimentel. E o seu governo foi meteórico, durou oito meses e o motivo de sua queda foi exatamente a Central do Paraná. O empreiteiro Cecílio Rego Almeida (1930-2008), dono da CR Almeida, gravou uma conversa em agosto

de 1971 (portanto o grampo telefônico não é novidade), na praia de Copacabana, onde Leon Peres sugeria uma comissão para liberar um empréstimo para a construção da ferrovia.

Cecílio botou a boca no trombone para a revista Veja que publicou a história, mas não circulou porque foi retirada das bancas pela ditadura. O estrago estava feito e Leon Peres foi cassado. Falouse, na época, que a comissão seria de 1 milhão de dólares. Mesmo levando-se em conta o período inflacionário da moeda americana, nada comparável aos dias de hoje onde as contas nesses ramos de atividade alcançam o bilhão de dólares.

Coube, então, ao seu vice, Pedro Viriato Parigot de Souza (1916-1973), através do engenheiro Euro Brandão, secretário de Transportes, a tarefa de reiniciar as conversações para a retomada das obras da Central do Paraná.

Parigot morreu no exercício do governo e foi substituído pelo então deputado federal Emílio Gomes que mobilizou sua Secretaria de Transportes para concluir a decantada obra. Grande parte de recursos da Secretaria de Transportes foi encaminhada para a Central do Paraná. “Quando eu assumi, todo o orçamento da secretaria estava sendo usado para conclusão da obra. Por problemas técnicos, como túneis de difícil perfuração, com infiltração, não houve como se concluir a obra”, lembrou Stenghel Guimarães. A Central do Paraná só foi concluída no governo Canet (1975-1979).

Já era outro o general-presidente e Ernesto Geisel (1974-1979) e Canet inauguraram dois trechos ferroviários da Central do Paraná - o que ligava Apucarana a Ponta Grossa (311 quilômetros) e o que ligava Ponta Grossa a Pinhalzinho, o chamado Tronco Sul.

Ferroeste

Em Ponta Grossa, a 120 quilômetros de Curitiba, os trilhos que vem do Oeste e do Norte se encontram. A Ferroeste fugiu da tradição de morosidade, foi rápida no gatilho (ou nos dormentes) sendo construída entre 1991 e 1994, com mão de obra de dois batalhões do Exército Brasileiro. A obra custou, na época, cerca de US\$ 363 milhões e foi paga exclusivamente com recursos paranaenses. Em 250 quilômetros de trilhos, ela liga Cascavel a Guarapuava, mas o grande gargalo está no trecho entre Guarapuava e Ponta Grossa.

Esse segmento foi construído entre 1906 e 1918, e de Ponta Grossa e Irati entre 1918 e 1954. Sua operação é feita pela ALL, mas reconhecidamente, pela época em que foi construída está inadequada, obsoleta.



Retratos da economia brasileira

Infraestrutura e comércio exterior

Por Rubens Barbosa*



A perda da competitividade da economia brasileira é um problema sistêmico e sua correção demandará um enorme esforço da parte do governo e do setor privado para recolocar o Brasil na rota do crescimento em níveis elevados e do aumento das exportações de produtos manufaturados. O comércio exterior é uma das áreas mais afetadas pelos altos custos e pelas ineficiências da economia.

O Brasil tem sérias deficiências na infraestrutura de distribuição de bens e serviços. A densidade das malhas rodoviárias e ferroviárias está bem abaixo da dos países desenvolvidos e até mesmo dos emergentes. Em avaliações qualitativas, o país apresenta os conceitos mais baixos, se comparado com outros grupos de países em matéria de rodovias, ferrovias, portos e aeroportos.

As despesas de transporte, manutenção da frota e armazenagem representam uma fração relevante dos custos das indústrias e dos exportadores. As limitações na infraestrutura logística, como a saturação da capacidade e a precária conservação de grande parte das rodovias e vias de transporte urbano, acarretam, no Brasil, custos bem superiores aos que são arcados

por indústrias instaladas em países com melhor infraestrutura e distribuição. No estudo Carga Extra na Indústria Brasileira, realizado pelo Departamento de Competitividade e Tecnologia (Decomtec) da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), verificou-se que as deficiências de logística representam 1,8% do preço dos produtos industriais no Brasil.

Segundo o World Economic Forum, o Brasil está em 114.º lugar entre 148 países no quesito infraestrutura. O Banco Mundial, na semana passada, divulgou trabalho em que mostra que o país perdeu 20 postos no ranking mundial de logística, passando para 65.º lugar entre 160 países. Apenas 1,5% do Produto Nacional Bruto (PNB) do brasileiro vai para investimento em infraestrutura de todas as fontes, pública e privada, enquanto a média global de longo termo é de 3,8%. O Instituto McKinsey Global estima que o valor total da infraestrutura no Brasil está em 16% do Produto Interno Bruto (PIB), enquanto na Índia são 52% e a média dos países desenvolvidos está em 71%. Para que o Brasil possa chegar a esse nível terá de triplicar os gastos no setor nos próximos 20 anos.

Antimercado

Há consenso de que o governo só poderá superar a crise na infraestrutura com a participação do setor privado. Forte viés ideológico, contudo, dificulta o processo de privatização. Prevalece o sentimento antimercado causado pela interferência do governo, como ocorreu com a fixação da taxa de retorno nas concessões. O processo, sempre confuso, com sucessivas marchas e contramarchas nos editais de licitação, gera insegurança jurídica para os investidores. E as agências reguladoras, esvaziadas, não cumprem seu papel fiscalizador. Tudo isso provoca distorções, como vimos no leilão do Aeroporto do Galeão, que alcançou um preço maior do que a privatização do maior campo do pré-sal, com muito maior rendimento financeiro estimado.

O resultado - com grande prejuízo para o Tesouro e para o contribuinte - são obras, sobretudo nas ferrovias, inacabadas, mal executadas, impossíveis de ser utilizadas por falhas na execução, e custos muito acima do projetado.

PAC empacado

Dos grandes projetos incluídos no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), dois terços estão atrasados. A situação chegou a tal ponto que o governo anunciou ter decidido tocar obras mesmo sem um projeto básico ou ambiental e apelando ao Exército para executar e melhorar a gestão dos trabalhos.

Nas rodovias, após o recente fracasso dos leilões e depois de várias modificações, o governo admitiu conceder subsídios para atrair investidores e evitar o fiasco recente em que nenhuma empresa quis participar da licitação.

Portos esquecidos

Nos portos, como apontou *The Economist*, nos anos recentes a autoridade reguladora suspendeu a concessão de licenças para os terminais privados, exceto para aqueles voltados principalmente para as cargas de seus proprietários. Por isso, durante a década em que o Brasil se tornou um dos maiores exportadores de commodities do mundo, os terminais graneleiros pouco se expandiram. O resultado são o congestionamento dos navios nos portos e a demora na carga e descarga.

Por ser um dos elementos negativos mais gritantes na formação do preço final dos bens exportados, é importante chamar a atenção para o fato de quanto o Brasil está deixando de ganhar em razão da inépcia, do desmando, da corrupção e da falta de gestão na infraestrutura de transporte.

Exportar mais 30%

Segundo trabalho do Banco Mundial, o Brasil poderia exportar cerca de 30% mais somente com a melhoria da logística de estradas, ferrovias, portos e aeroportos. Os custos dos transportes de bens primários e industriais nacionais para exportação são maiores do que as tarifas e o protecionismo.

A rentabilidade dos produtos de exportação está caindo de forma gradual e constante. Os produtos manufaturados foram os primeiros a perder mercado no exterior por causa da baixa competitividade, como ocorreu de forma significativa nos EUA e na América Latina, as duas únicas regiões que absorvem a maior parte de nossos produtos industrializados. Os produtos agrícolas, que vêm sustentando o comércio exterior brasileiro nos últimos anos, começam a sofrer pela deficiência logística. O déficit de armazéns está sendo contornado pelos caminhões, em filas quilométricas nas vias de acesso aos portos para descarregar. O que acendeu o sinal vermelho foi o fato de a China ter cancelado a compra de 2 milhões de toneladas de soja por atraso no carregamento dos navios.

As consequências da má gestão e da ineficiência podem ser medidas pelo resultado da balança comercial em 2013. O superávit de cerca de US\$ 20 bilhões em 2012 evaporou-se, colocando mais pressão sobre o déficit nas transações correntes, que ficaram em 3,6% do PIB no final do ano.



***Rubens Barbosa é presidente do conselho de comércio exterior da FIESP.**

** Publicado em O Estado de São Paulo - 08 de abril de 2014

Fundepec

Um Comitê de Bem-estar de Animais de Produção

Por *Ana Paula Oliveira; Ana Maria Bridi; Andreia de Paula Vieira; Carla M. Molento; Roberta M. Zuge.



O Fundo de Desenvolvimento Agropecuário do Estado do Paraná (Fundepec) criou um comitê multidisciplinar e multi-institucional para apoiar o desenvolvimento local de estratégias de bem-estar animal no Estado do Paraná. Isso será realizado por meio de um processo reconhecido socialmente, de forma transparente e inclusiva.

Gradativamente os consumidores brasileiros estão buscando produtos de origem animal que sejam obtidos de forma responsável e sustentável, assegurados por programas de monitoramento e que incorporem indicadores de bem-estar animal.

Para responder a tal demanda, organizações internacionais associadas à produção animal desenvolveram padrões globais de bem-estar animal. As indústrias, principalmente multinacionais, também criaram seus próprios guias auto-reguladores de boas práticas de bem-estar animal.

São iniciativas extremamente positivas, entretanto, não levam em consideração particularidades locais dos sistemas de produção de cada país, por isso é necessário que essas informações sejam produzidas localmente.

No Brasil, as particularidades dos sistemas de produção podem inviabilizar a aplicabilidade de protocolos internacionais, entre elas as diferentes práticas de manejo e tecnologias adotadas.

Por outro lado, essas variáveis nos sistemas produtivos nacionais também são responsáveis pela existência de cenários com alto grau de bem-estar animal, o que somente será reconhecido na medida em que o país adquira maior autonomia em pesquisa, diagnóstico, planejamento estratégico e marketing na área de bem-

estar animal.

A constituição desse Comitê do Fundepec busca atender às demandas específicas da indústria processadora, dos produtores, das agências governamentais reguladoras e, principalmente, dos rebanhos do Estado do Paraná. Isso será feito via criação e validação de padrões de bem-estar locais aceitáveis no Brasil e no exterior, apoiadas em ciência atualizada, com incorporação de conhecimento científico produzido pelos principais grupos de pesquisa brasileiros e internacionais.

O Comitê também tem o compromisso de incentivar treinamentos aos produtores do Estado sobre práticas de bem-estar animal cientificamente embasadas, por meio de parcerias com cooperativas e outros setores da indústria. O que também ocorrerá através de agentes extensionistas e órgãos governamentais para treinamento de agricultores familiares.

A comunidade científica, alinhada com os responsáveis pela elaboração de políticas públicas, a indústria, o público e os produtores, poderão deliberar de forma transparente e objetiva sobre como a ciência será incorporada nas decisões para beneficiar os animais que nos alimentam. Da mesma forma, os produtores paranaenses, eventualmente carentes de padrões locais reconhecidos cientificamente, poderão então conduzir suas atividades para atender o mercado que cada vez mais valoriza o bem-estar dos animais.

**** O Comitê iniciou suas atividades e na medida que seus trabalhos avancem os participantes dos sistemas de produção serão informados e poderão dar suas contribuições. | *Profissionais das Ciências Agrárias que atuam na área de bem-estar animal**



Muitos impostos, pouco retorno

O Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (IBPT) comparou 30 países com maior carga tributária em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) e verificou se o que é arrecadado por essas nações volta aos contribuintes em serviços de qualidade. E onde ficou o Brasil? Bingo. Pela quinta vez consecutiva, nosso país proporciona o pior retorno de valores arrecadados com tributos em qualidade de vida para a sua população.

Estados Unidos, Austrália e Coreia do Sul ocupam respectivamente as primeiras posições do ranking. O Brasil está em 30º lugar, atrás da Argentina (24º) e do Uruguai (13º), quando se analisa o retorno de tributos em qualidade de vida para a sociedade.

No Brasil, a carga fiscal em 2012 foi de 36,27%, segundo mostra o levantamento do instituto, que atua no setor.

Você paga a conta

O empréstimo dos bancos para cobrir o rombo das distribuidoras de energia elétrica causado pelo governo ficou bem maior que o previsto. Chegará a R\$ 11,2 bilhões, segundo informou o Ministério da Fazenda. Em março, o governo havia estimado que o total seria de R\$ 8 bilhões.

Com essa alteração, o reajuste na conta de luz dos consumidores, previsto entre 8% e 9% a partir de 2015, ficará ainda mais salgado. Somado com outros R\$ 13 bilhões liberados pelo Tesouro Nacional neste ano, o setor elétrico terá um injeção total de R\$ 24,2 bilhões em 2014. Essa conta será inteiramente paga pelos consumidores finais nos próximos anos.

Informe

FUNDEPEC-PR

SÍNTESE DO DEMONSTRATIVO FINANCEIRO FINDO 31/03/2014

HISTÓRICO/CONTAS	RECEITAS EM R\$				DESPESAS EM R\$			SALDO R\$
	REPASSE SEAB		RESTITUIÇÃO DE INDENIZAÇÕES	RENDIMENTOS	TRANSFERÊNCIAS	INDENIZAÇÕES	FINANCEIRAS /BANCÁRIAS	
	1-13	14						
Taxa Cadastro e Serviços D.S.A	403.544,18	-	-	138.681,09	**542.225,27	-	-	-
Setor Bovídeos	8.444.549,48	278,44	-	23.416.445,95	-	2.341.952,64	-	30.055.831,65
Setor Suínos	10.323.319,02	2.210.606,80	-	2.465.180,94	-	181.518,99	-	14.817.587,77
Setor Aves de Corte	1.481.958,15	2.342.576,48	-	2.423.113,39	-	-	-	6.247.648,02
Setor de Equídeos	53.585,00	23.737,78	-	99.603,18	-	-	-	176.925,96
Setor Ovinos e Caprinos	123,76	-	-	9.873,87	-	-	-	15.712,48
Setor Aves de Postura	37.102,41	46.905,50	-	123.607,87	-	-	-	207.615,78
Pgto. Indenização Sacrifício Animais *	-	-	-	-	-	*141.031,00	-	(141.031,00)
CPMF e Taxas Bancárias	-	-	-	-	-	-	77.567,43	(77.567,43)
Rest. Indenização Sacrifício Animais *	-	-	*141.031,00	-	-	-	-	141.031,00
TOTAL	20.744.182,00	4.624.105,00	141.031,00	28.676.506,29	**542.225,27	2.664.502,63	77.567,43	51.443.754,23
SALDO LÍQUIDO TOTAL								51.443.754,23

NOTAS EXPLICATIVAS

1) Repasses efetuados pela SEAB/DEFIS de acordo com o convênio: 1º - 14/12/2000 >> R\$ 500.000,00 | 2º - 23/07/2001 >> R\$ 2.000.000,00 | 3º - 04/09/2001 >> R\$ 380.000,00 | 4º - 28/12/2001 >> R\$ 2.120.000,00 | 5º - 21/05/2002 >> R\$ 710.000,00 | 6º - 26/07/2002 >> R\$ 2.000.000,00 | 7º - 16/12/2002 >> R\$ 2.167.000,00 | 8º - 30/12/2002 >> R\$ 204.000,00 | 9º - 08/08/2003 >> R\$ 600.000,00 | 10º - 08/01/2004 >> R\$ 400.000,00 | 11º - 30/12/2004 >> R\$ 1.300.000,00 | 12º - 01/12/2005 >> R\$ 1.600.000,00 | 13º - 17/12/2012 >> R\$ 6.763.182,00 | 14º - 06/08/2013 >> R\$ 4.624.105,00

2) Valores indenizados a produtores e restituídos pelo MAPA. (*)

3) Setor de Bovídeos ()**

- a) Valor total da conta Taxa de Cadastro e Serviço (repassa mais rendimentos financeiros) da DSA referente ao setor de Bovídeos = R\$542.225,27
- b) Valor total retido pela SEAB/DEFIS, referente ao total da conta taxa de cadastro e serviços da DSA do setor de Bovídeos = R\$ 542.225,27

4) Conforme Ofício nº 315/2004-Defis, valor transferido da subconta do Setor de Bovídeos e creditado para subconta do Setor de Ovinos e Caprinos, R\$ 5.714,85.

Ágide Meneguette
Presidente do Conselho Deliberativo

Ronei Volpi
Diretor Executivo

Simone Maria Schmidt
Contadora | CO PR-045388/0-9

FUNDEPEC - PR - entidade de utilidade pública - Lei Estadual nº 13.219 de 05/07/2001.

MARIALVA



Panificação

Nos dias 24 e 25 março, o Sindicato Rural de Marialva realizou o curso Produção Artesanal de Alimentos - panificação para um grupo de 13 produtoras rurais. As aulas aconteceram na cozinha industrial do sindicato com a instrutora Celeste de Oliveira.

IVAIPORÃ



Casqueamento

O Sindicato Rural de Ivaiporã realizou em sua extensão de base em Ariranha do Ivaí, em parceria com o Departamento de Agricultura e a Emater o curso de Trabalhador na Bovinocultura de Leite - casqueamento de bovino de leite. As aulas aconteceram nos dias 20 e 21 de março para um grupo de 11 produtores rurais. A instrutora foi Luciene Mota Moreira.

CAMPINA DA LAGOA



Compotas e frutas

O curso de Produção Artesanal de Alimentos - conservação de frutas e hortaliças - compotas e frutas desidratadas foi realizado pelo Sindicato Rural de Campina da Lagoa. As aulas aconteceram nos dias 28 e 29 de março. O curso teve a participação de 12 produtoras rurais, o instrutor foi Sérgio Kazuo Kawakami.

ABATIÁ



Agrinho

No dia 03 de abril, o presidente do Sindicato Rural de Abatiá, Ronaldo Casado Figueiredo, fez a entrega à secretária Municipal da Educação Aliandersan Alves Barbosa do material do Programa Agrinho. Também estavam presentes a diretora do Colégio Dom Bosco, Renata Gobbo Santin e as professoras Regina e Larúcia.

REALEZA



Prevenção de acidentes

Nos dias 27 a 29 de março, o Sindicato Rural de Realeza ofereceu o curso de Trabalhador na Segurança no Trabalho - CIPATR - Comissão Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho Rural. O curso foi realizado em parceria com a Bocchi Agronegócios, no município de Santa Izabel do Oeste, extensão de base de Realeza. O instrutor foi Clóvis Biasuz.

SÃO J. DO PATROCÍNIO



Inclusão digital

Em parceria com a Casa Familiar Rural o Sindicato Rural de São Jorge do Patrocínio possibilitou a realização de dois cursos Trabalhador na Administração de Empresas Agrossilvipastoris - inclusão digital - básico - 16 horas. O curso foi dirigido a 14 alunos, filhos de produtores que estudam o curso Técnico em Agropecuária na Casa Familiar Rural. As aulas aconteceram nos dias 25 a 28 de março. O instrutor foi Clóvis Palozzi.

RIBEIRÃO DO PINHAL



Psicultura

O Sindicato Rural de Ribeirão do Pinhal realizou no período de 31 de março a 01 de abril o curso de Trabalhador na Piscicultura - Sistemas de Cultivo. Participaram 15 produtores rurais. A instrutora foi Janete Maria de Oliveira Amstrong.

TIBAGI



Inclusão digital

O Sindicato Rural de Tibagi, em parceria com a Prefeitura, realizou de 24 a 26 de março, na localidade de São Bento do Amparo, no mesmo município, os cursos de Trabalhador na Administração de Empresas Agrossilvipastoris - Inclusão Digital Básico e Avançado. Participaram 12 produtores rurais. A instrutora foi Michele Carla Roco.

Uma simples foto



Se você tiver uma foto curiosa, expressiva, mande para publicação pelo email: imprensa@faep.com.br com seu nome e endereço.

Milagre do elevador

Dois caipiras, o pai e o filho, chegaram do interior e foram para um hotel luxuoso da capital.

Lá, os dois ficaram encantados com os elevadores, mas não sabiam para que aquilo servia.

De repente, uma velha vestindo um terninho extravagante florido de amarelo e vermelho entra num dos elevadores, que fecha a porta e sobe.

Quando o elevador desce, sai uma moça linda e jovem com um elegante vestido vermelho, com discretos detalhes amarelos.

O pai olha para o filho e fala:

- "Meu filho... vai buscar sua mãe. Agora!"

Amanhã é outro dia

Um bêbado entrou num ônibus, sentou ao lado de uma moça e disse: - Mas como tu é feia, tu é a coisa mais horrível que eu já vi!

- A moça olha para ele e responde: - E tu seu bêbado nojento, já se olhou no espelho!!!

E o bêbado imediatamente responde:

- É, mas amanhã eu estou curado!



Telhado

Um cientista careca e invejoso garante que "nós" (nós, quem, cara-pálida?) temos cerca de 100 mil fios de cabelo e cada fio cresce uns 20 centímetros por ano. E ele acrescenta que o cabelo é quase indestrutível! Múmias de milhares de anos foram encontradas ainda com cabelos. Os fios só temem o fogo, capaz de destruí-los em segundos! Ou a idade, né, companheiro!



Crescimento

O fermento faz crescer os alimentos, porque é composto de seres vivos: fungos microscópicos - chamados leveduras - que se alimentam de açúcar, liberando gás carbônico e álcool. Quando a massa é aquecida no forno, as leveduras se multiplicam, ingerindo o açúcar e o amido contido na farinha de trigo. O processo se completa com a liberação de gás carbônico - que é o responsável pelo crescimento da massa - e de álcool, que confere sabor ao pão, bolo ou torta.



Microondas

Quando a Segunda Guerra estava no fim (1945), um funcionário da fornecedora militar Raytheon, o engenheiro Percy Spencer, notou que um chocolate em seu bolso derreteu quando ele inspecionava magnétrons, componentes usados em radares. Deduzindo que a meleca havia sido causada pelo calor gerado pelos magnétrons, Percy criou um aparelho para aquecer comida usando esse princípio. A Raytheon comprou a idéia e lançou o microondas. O primeiro microondas pesava 340 quilos e custava de 2 a 3 mil dólares!



La Gioconda

A Mona Lisa foi pintada em Florença entre 1503 e 1506 e, apesar de ter sido encomendada, Leonardo da Vinci nunca a entregou. Levou consigo para a França quando foi para a corte de Francisco I em 1506, onde ficou exposta no Palácio di Fontainebleau e depois em Versalhes. Ela está sempre rindo da cara de quem olha pra ela, o sorriso some quando você olha para ela, mas volta quando você olha para qualquer outro ponto da pintura. Isso se deve ao sombreamento aplicado na obra. Hoje é uma das principais atrações no Louvre, em Paris.



Bebê canguru

Para chegar ao marsúpio, nome da famosa bolsa que a mamãe-canguru tem no ventre, o bebê conta com uma boa ajuda materna, mas ainda sim tem um trabalho danado. Quando está prestes a parir, a fêmea se deita de costas no chão, com a região pubiana um pouco mais alta do que o resto do corpo. Assim que nasce, o filhote aproveita a inclinação do corpo da mãe para escorregar rumo à entrada da bolsa. Depois, arrasta-se para dentro dela até estar bem acomodado, com seus dois centímetros de comprimento.

Cultura inútil

- A revista americana *Arthritis Care & Research* fez uma descoberta sensacional: constatou que saltos altos podem causar dores nos pés;
- Vinte e três por cento dos problemas em fotocopiadoras são provocados por usuários que se sentam nelas para fotocopiar as próprias nádegas;



- Bater a cabeça na parede queima 150 calorias por hora. Pode ser uma fórmula para emagrecer;
 - O menor coração do reino animal é o do beija-flor, que chega a bater até mil vezes por minuto.
- O maior coração é o da Baleia (tem o tamanho de um barco) e bate apenas 25 vezes por minuto;
- Graham Bell, o inventor do telefone, nunca telefonou para a mãe ou para a mulher. Elas eram surdas.

Incrível rapidez

O bambu é o campeão em crescimento de vegetais e o recorde pertence a uma espécie gigantesca, a *Phyllostachys edulis*. Cientistas atestaram que essa planta pode crescer até 1,21 metro em um único dia. Outra espécie, o *Bambusa arundinacea*, aumentou 91,3 cm em apenas 24 horas. Essa rapidez se deve ao fato de possuírem na ponta do caule um tecido responsável por seu crescimento, chamado meristema apical.



BONS TEMPOS, BONS TEMPOS!

Foi-se o tempo em que postos de combustíveis só vendiam derivados de petróleo e não tinham lojas de conveniência, verdadeiros mini-shoppings; alguém lembra do velho armazém que vendia feijão, arroz e milho dentro de saco de estopa? Quem afia a faca ou a tesoura hoje em dia no carrinho do amolador ou conserta ferro de passar ou liquidificador? O terninho dominical dispensou faz tempo o alfaiate.

Cadê os leiteiros que entregavam leite engarrafado todas manhãs? A sanidade do produto e a industrialização cuidou deles. Antes que morresse de fome pela concorrência das fotos digitais o fotógrafo lambe-lambe tratou de se virar em outra atividade.

Já pensou em falar ao seu neto que você era um “exímio datilógrafo” e tentar explicar o que era uma máquina de datilografia?

Experimente então explicar que você conheceu um telegrafista aposentado que transmitia e recebia mensagens no Correio por meio do Código Morse.

Mas não tinha email, vovô?, ele questionará.

Sem comentários.

Mesmo assim alguns profissionais resistem bravamente.

Os relojoeiros, por exemplo, consertam antiguidades ou trocam pilhas e baterias. O barbeiro se modernizou, virou cabelereiro unissex (homens, mulheres e congêneres). Quem mais?

Enquanto velhas profissões somem, surgiram dezenas, a maioria vinculadas a áreas da Informática. Há, por exemplo, a mecatrônica “destinada à integração das tecnologias mecânica, eletrônica, e computadores e as ciências da informação no sentido de se criar dispositivos inteligentes”. Sacou? Entendeu? Tentemos explicar. O sujeito que entende de mecatrônica automatiza os processos de produção, constrói robôs industriais com capacidade de reprogramação automática. Capice?

Mas aí você vai entrar na área da robótica, que em julho terá sua Olimpíada, em João Pessoa (PB). Além da estudantada encantada com tecnologia, poderão ser encontrados CTOs (ops! Chief Technical Officer ou no português claro Diretor de Tecnologia); Analistas de SEO (Search Engine Optimization, ops! Otimização de Mecanismos de Pesquisa). Não será fácil encontrar, porém, especialistas em Mobile Marketing ops! marketing de mobilidade, porque está engatinhando no Brasil. Certamente lá estarão os “Trafficker”, calma, não se trata de traficantes dos morros cariocas, mas o cara encarregado de gerenciar, implementar e controlar o tráfico de uma página na web. Sacou? Saudades do teu sapateiro da esquina?



Endereço para devolução:

Federação da Agricultura do Estado do Paraná
Av. Marechal Deodoro, 450 - 14º andar
CEP 80010-010 - Curitiba - Paraná

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS



- | | |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> Mudou-se | <input type="checkbox"/> Falecido |
| <input type="checkbox"/> Desconhecido | <input type="checkbox"/> Ausente |
| <input type="checkbox"/> Recusado | <input type="checkbox"/> Não procurado |
| <input type="checkbox"/> Endereço insuficiente | |
| <input type="checkbox"/> Não existe o nº indicado | |
| <input type="checkbox"/> Informação dada pelo porteiro ou síndico | |

REINTEGRADO AO SERVIÇO POSTAL

Em ___/___/___
Em ___/___/___

Responsável _____

SISTEMA FAEP



A versão digital deste informativo está disponível no site:

sistemafaep.org.br